

4 O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão

4.1 Introdução

Ramos (1981) afirma que o homem está vivendo um período sem precedentes históricos. Segundo ele, o mercado transformou-se na força modeladora da sociedade e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma para a organização de toda a existência humana. As forças econômicas passaram a ser os imperativos da vida humana associada e o homem vem perdendo, gradativamente, sua capacidade de pensar criticamente e de avaliar o mundo sob outras óticas que não sejam as baseadas nos pressupostos de conhecimento do paradigma funcionalista vigente (RAMOS, 1981).

Sobre essa questão, Aktouf (1996) salienta que o comportamento dos homens de negócio, chefes de indústrias e administradores, que se preocupam apenas com a frutificação rápida dos lucros e com a especulação, contribui não para a melhoria econômica ou progresso, mas para uma destruição a longo prazo.

Nesse contexto, faz-se necessário esclarecer que o avanço tecnológico trazido pela instrumentalidade das organizações tradicionais é indiscutível, mas, por outro lado, também são indiscutíveis os efeitos destruidores de todo esse avanço. A atenção voltada apenas para o processo produtivo e a maximização da riqueza fez com que os elementos não pertencentes a esses aspectos ficassem relegados a um segundo plano abrindo espaço, assim, para a degradação do meio ambiente, a aceleração da escala de pobreza, a alienação do homem no tocante à sua própria condição humana, a violência, a droga, a corrupção, entre diversos outros fatores.

Ante o exposto, cabe questionar que mundo é este que se está construindo, quais suas perspectivas futuras e sua sustentabilidade. Por que tantas novas práticas de gestão acabam implementando, quando conseguem atingir tal estágio, apenas mudanças adaptativas passivas e não transformadoras? Será possível mudar essa situação? Quais os

caminhos?

É nesse contexto que se encaixa a Economia de Comunhão – EdC – como um possível caminho a ser seguido. Analisa-se a EdC como uma práxis que vai na contramão das práticas do mercado e que, talvez, seja capaz de reatar relações inter e intrapessoais, trazendo à tona valores há muito esquecidos e criar um oásis de desenvolvimento sustentável, capaz de proliferação.

Neste Capítulo, objetiva-se apresentar a EdC, explicitando suas raízes, princípios e características. Para tanto, será necessário caracterizar o Movimento dos Focolares, que, calcado na Espiritualidade da Unidade, constitui a base da EdC. Por fim, será discutida a questão da racionalidade substantiva presente na EdC.

4.2 Movimento dos Focolares

O Movimento dos Focolares, também conhecido como Obra de Maria ou Movimento da Unidade, é um movimento da Igreja, centrado na unidade, que oferece ao homem uma espiritualidade moderna, um modo de viver o cristianismo, enfrentando os problemas atuais e abrindo-se aos horizontes já descerrados pelo Concílio do Vaticano II (LUBICH, 1988). Ele promove o diálogo entre cristãos de diferentes confissões, fiéis das grandes religiões e pessoas que mesmo tendo outras convicções ou sendo agnósticas, anseiam por valores universais. Assim, sua missão é buscar a unidade entre os cristãos e construir uma rede de diálogo com fiéis de outras religiões e com ateus, de forma a vislumbrar soluções para os problemas que afligem a humanidade (GONÇALVES, 2005).

Fundado por Chiara Lubich em 1943, é fruto de reflexões dela e de amigas que com ela se reuniam, em Trento, durante a II Guerra Mundial (GONÇALVES; LEITÃO, 2001), com o objetivo de criar um movimento baseado em princípios cristãos, que libertasse o mundo da pobreza e das guerras.

A base do Movimento dos Focolares está na crença de Chiara e de suas companheiras nos escritos do Evangelho sobre amor ao próximo e sobre a unidade. Apoiadas nesses princípios, essas mulheres esperavam os bombardeios sobre Trento

cessarem para sair às ruas e ajudar as pessoas sem teto, famintas, doentes, mutiladas e pobres que precisavam de comida, remédios e roupas (LUBICH, 1991). Segundo Lubich (1991), elas davam tudo que tinham e, apesar de serem tempos de guerra, recebiam imediatamente muitas outras doações que eram novamente distribuídas e que geravam mais e mais doações.

Eram experiências pequenas, mas de grande valor humano que fizeram com que a comunhão de bens nascesse. Desde o início, a partilha apresenta-se como uma expressão típica da unidade das pessoas que ofereciam à comunhão seus bens, globalmente e em absoluta liberdade.

O desenvolvimento do Movimento ocorreu de forma não esperada. No início, espalhou-se apenas na Itália, com a adesão, paulatina, de pessoas que comungavam dos mesmos ideais. No final da II Guerra, já eram mais de 500 pessoas ajudando os necessitados não só em Trento, mas por toda a Itália e partilhando dos princípios de amor ao próximo e unidade (LUBICH, 1991). De 1958 em diante, propagou-se em todos os países da Europa, difundindo-se pelos cinco continentes. Nesse ano, o Movimento chegou ao Brasil (ARAÚJO, 1998), difundido-se, em seguida, pelo país e atraindo pessoas de diversas categorias sociais. Hoje, encontra-se presente em cerca de 182 países, congregando cerca de oitenta mil membros, um milhão e meio de aderentes – que são pessoas que compartilham da espiritualidade do movimento – e milhões de simpatizantes, suscitando uma renovação espiritual e social em 7 milhões de pessoas de todas as idades, condições sociais, raças e culturas (GONÇALVES, 2005). Nascido de leigos e restituindo aos leigos seu peso e importância (LUBICH, 1988), superou não apenas divisões políticas, mas, também, barreiras erguidas há séculos entre igrejas, o que pode ser constatado por sua difusão entre anglicanos, luteranos, ortodoxos e outras denominações.

Essa expansão ocorreu, acredita Lubich (1988), porque todas as relações pessoais que se estabeleceram entre cada um de seus membros e seus próximos eram orientadas pelo princípio do Evangelho ‘amar ao próximo como a si mesmo’. Disso decorre a unidade entre as pessoas, o identificar-se com os problemas, as dores, as necessidades e as alegrias do outro. O próximo amado dessa maneira, quase sempre retribui o amor (LUBICH, 1988).

O inimigo, surpreso por essas atitudes, muitas vezes se torna amigo e, assim, passa a amar. É assim, segundo Lubich (1988), que o movimento se propaga.

A ligação entre os membros do grupo tornou-se tão forte e os princípios que os embasavam eram tão verdadeiros aos olhos de todos, que o Movimento continuou crescendo e se ramificando.

Uma das ramificações do Movimento são as ‘cidadezinhas’ testemunho ou Mariápolis permanentes, cidades pequenas onde se concentram os focolares. Esses últimos são formados por pessoas de profissões, nacionalidades e costumes diferentes que dão testemunho da espiritualidade vivida no trabalho, nas relações sociais, no estudo e na oração, ou seja, são comunidades congregadas na unidade pregada por Cristo.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que a origem do termo focolare vem de ‘lar, lareira’, local onde o fogo está permanentemente aceso, fornecendo calor e luz (LUBICH, 1988). O primeiro focolare era apenas uma casa, em Trento, habitada por Chiara e suas companheiras durante a II Guerra Mundial. Atualmente, eles são pequenas comunidades modernas em que se procura viver o Evangelho de uma forma concreta, usando-se o ideal da unidade, o amor ao próximo e colocando-se os bens materiais e relacionais à disposição um do outro (LUBICH, 2001).

O focolare é regido por um estatuto, atualizado e aprovado pela Santa Sé em 29 de junho de 1990 (GONÇALVES, 2005), que regula a vida da comunidade. A regra, que é o alicerce de tudo o que acontece com eles, é a caridade contínua. Como resultado, afirma Chiara, o estilo de vida possui uma ascese poderosa: é necessário estarem sempre prontos a dar a vida um pelo outro, a levarem o peso e as preocupações um do outro e a compartilharem, também, as alegrias. Uma vida assim, conclui a autora, traz uma mística moderna, comunitária, porque gera a presença de Cristo que ilumina os membros sobre como devem agir.

Enfim, as Mariápolis Pemanentes são uma amostra do que seria o mundo se a lei da convivência humana fosse o Evangelho. Cumpre mencionar que a primeira cidadezinha surgiu em Loppiano, Itália, e mais tarde outras foram aparecendo. Agora, são 21 em todo o

mundo (Quadro 4.1), mas esse número está aumentando. Nelas, hospedam-se, permanentemente, pessoas das várias vocações da Obra que, além de frequentarem escolas de formação diversificadas, dão testemunho da espiritualidade vivida no trabalho, nas relações sociais, no estudo e na oração.

Quadro 4.1 – As Mariápolis Permanentes no Mundo.

| País | Cidade | Nome da Mariápolis |
|-----------------|------------------------|---------------------------|
| Itália | Loppiano (Florença) | Renata |
| Suíça | Montet | Foco |
| Suíça | Baar | Pietra Angolare |
| Alemanha | Ottmaring | Nuova Legge |
| Bélgica | Rotsellar | Vita |
| Espanha | Castel D'Aro | Loreto |
| Croácia | Krizevci | Faro |
| Polônia | Varsóvia | Fiore |
| Argentina | O' Higgins | Andrea |
| Brasil | Vargem Grande Paulista | Araceli Ginetta |
| Brasil | Recife | Santa Maria |
| Brasil | Manaus | Centro Mariápolis |
| Brasil | Porto Alegre | São Leopoldo |
| Brasil | Belém | Glória |
| México | Acattzingo | El Diamante |
| USA | Hide Park (New York) | Luminosa |
| Camarões | Fontem | Maria Mai |
| Kenya | Nairobi | Piero |
| Costa do Marfim | Man | Vitória |
| Filipinas | Tagaytay (Manila) | Pace |
| Austrália | Melbourne | Marilen |

Extraído de GONÇALVES, 2005, p. 86.

A outra ramificação são os Centros Mariápolis: lugares – auditórios ou grandes salas de reunião - em que se realizam encontros para que as pessoas se aprofundem nos vários aspectos da espiritualidade, atualizem-se na vida da Obra e, principalmente, desenvolvam uma comunhão de vida segundo uma prática que remonta aos primórdios do Movimento (ARAÚJO, 1998). Eles estão localizados nas Mariápolis permanentes. Além do Centro Mariápolis de Castelgandolfo, em Roma, existem outros trinta e nove em várias regiões do mundo.

Com relação ao Movimento, pode-se afirmar que há pessoas que se doam inteiramente e em todos os sentidos a ele e desejam que ‘Cristo habite entre elas’ (LUBICH, 1988, p. 44). Há, também, pessoas que participam do Movimento, mas não moram nos focolares: são os voluntários – que continuam em suas famílias e em seus trabalhos, embora o dediquem a Deus -, os sacerdotes e os religiosos de muitas Ordens e Congregações.

Juntando-se todos esses aspectos, percebe-se que a estrutura do Movimento pode ser vista, então, como um instrumento para sua expansão: os focolares, os núcleos de voluntários, os presbitérios sacerdotais, as comunidades religiosas e as unidades Gen (LUBICH, 1988). Esses últimos, assim chamados por se referirem às gerações novas, surgiram em 1967 e constituem a segunda geração do Movimento dos Focolares. Congregam dezenas de milhares de jovens, no mundo inteiro, que perceberam que o Evangelho responde aos seus desejos de doação completa e, assim, passaram a vivê-lo colocando Deus em primeiro lugar.

Para completar a estrutura do Movimento, há, também, os Movimentos de Massa, considerados “braços” da obra e que servem para sustentá-la. São eles:

1. Movimento Famílias Novas - segundo Lubich (1991), é uma ramificação específica do Movimento dos Focolares, surgida em 1967, e voltada às famílias. Essas famílias, que aprenderam a propor valores verdadeiros, têm grandes possibilidades de influência, pois estão unidas por relacionamentos autênticos e não opressivos. São abertas à sociedade que as circunda e deixam-se conduzir por opções claras em favor da vida e dos filhos, recuperando relações dilaceradas entre as gerações, redescobrimo a função dos idosos etc.
2. Movimento Humanidade Nova – que testemunha como os leigos podem empenhar-se de uma maneira total em uma nova dimensão de Igreja e laicato (LUBICH, 1988), ou seja, esse movimento leva o espírito evangélico ao mundo da ciência, da arte, da escola, da medicina etc. Para tanto, voluntários e voluntárias estão voltados a animar e renovar evangelicamente toda a estrutura social por meio de seu testemunho nos âmbitos profissional, familiar e político (GONÇALVES, 2005), construindo, assim, uma ‘Humanidade Nova’.
3. Movimento Jovens por um Mundo Unido - é formado pelos Gen e consiste da procura, por parte desses, de caminhos que conduzam à unidade: unidade entre gerações, entre minorias étnicas, entre pessoas de diferentes raças, povos, culturas, classes sociais, entre o homem e natureza etc (LUBICH, 1988).

4. Movimento Juvenil para a Unidade – É idêntico ao anterior, agindo na mesma linha desse. É conduzido, entretanto, apenas por adolescentes.
5. Movimento Paróquias Novas – segundo Lubich (1988), tende a contribuir para a transformação da paróquia em uma comunidade viva que irradie a espiritualidade da unidade. Assim, alimentando uma unidade cada vez mais profunda entre os fiéis e o pároco, são geradas relações de comunhão fraterna entre todos e é promovido o diálogo entre as diversas realidades existentes na paróquia.

Apresentadas, em linhas gerais, a origem, a estrutura e como se processa a expansão do Movimento, cumpre focar a sua essência: as dimensões que o norteiam e a espiritualidade nele contida.

4.2.1 As Quatro Dimensões do Movimento

O Movimento dos Focolares possui quatro dimensões complementares entre si: a social, a moral, a religiosa e a econômica (BIELA, 1998).

A dimensão social está baseada no caráter comunitário do Movimento, que evidencia valores profundos que remontam aos vínculos existentes entre os cristãos dos tempos das primeiras comunidades. Com seu carisma, o Movimento reaviva nas pessoas de uma mesma família, vizinhança, local de trabalho, paróquia ou bairro a esperança de que é possível basear suas relações em valores como a honestidade, a confiança e o respeito, entre outros (ARAÚJO, 1998).

A dimensão moral, segundo Biela (1998), pode ser explicada como o reconhecimento do valor intrínseco de cada pessoa, o que acarreta a atitude moral de busca das melhores soluções não só para a pessoa em questão, mas, também, para o grupo a que ela pertence. Não se trata de um discurso de amor, benevolência ou amizade, mas de indicações, tiradas da vida comum, de como se pode ajudar as pessoas no próprio círculo familiar, no local de trabalho, na rua, seja com um gesto, uma palavra de conforto ou uma renúncia em favor de alguém mais necessitado. Isso não é uma busca de alguma situação abstrata e extraordinária na qual se faria o bem às pessoas, mas sim, a identificação dessas ocasiões em situações simples, cotidianas, naturais (BIELA, 1998).

A dimensão religiosa, a mais profunda delas, anuncia a mensagem da unidade e, portanto, não é estranho que esse Movimento esteja vivo não apenas na Igreja Católica,

mas, também, em outras igrejas cristãs, constituindo uma nova onda de renovação para o movimento ecumênico, construído sobre um fundamento prático. O Movimento dos Focolares está presente entre fiéis da religião de Moisés, muçulmanos e budistas do Extremo Oriente que se deixam conduzir pelos ideais focolarinos de unidade e fraternidade entre os homens (BIELA, 1998).

A dimensão econômica reflete a promoção e a organização de um sistema econômico baseado em princípios de solidariedade aos necessitados e de ajuda concreta. Para Araújo (1998), esse sistema econômico formado a partir de princípios da nova economia é a manifestação do paradigma da unidade e da solidariedade entre os homens, que deveriam compartilhar tanto os resultados do trabalho quanto a responsabilidade de dividir o risco da atividade econômica. Ela afirma, também, que essa dimensão não é uma utopia social ou econômica, mas a proposta da EdC, uma proposta real, que já foi concretizada em muitos países do mundo.

4.2.2 A Espiritualidade do Movimento

A espiritualidade, segundo Chiara, é uma maneira de viver o cristianismo. Nesse contexto, afirma ela, o fundamento espiritual do Movimento dos Focolares é a espiritualidade da unidade representada pela “tradução do Evangelho em vida” (LUBICH, 1988, p. 72).

A experiência de vivenciar a espiritualidade desencadeou, em pouco tempo, uma pequena revolução entre os membros do Movimento. Chiara narra que esse novo estilo de vida que congregava pessoas isoladas e dispersas em uma comunidade de notáveis proporções e na qual havia comunhão de bens espirituais e materiais, escandalizava o mundo. Na prática, afirma Lubich (1988), um numeroso grupo de cristãos constituía-se em uma porção viva da Igreja. Foi quando acreditavam estar vivendo simplesmente o Evangelho, que eles perceberam as palavras-chave – enviadas por Deus – que se tornaram as idéias básicas da sua espiritualidade. Essas idéias, em número de doze, são apresentadas na figura 4.1 e compõem a malha da Espiritualidade da Unidade, representando o cristianismo visto pelo prisma do Movimento.

A primeira representa Deus-amor, ou seja, significa aceitar Deus na sua essência verdadeira e perceber, como decorrência disso, que o homem não está sozinho decidindo a sua própria existência, mas que Alguém está com ele: Alguém que o ama, que pensa nele, que é seu Pai, muito mais que um pai terreno. Além de acreditar que Deus o ama, o homem deve retribuir esse amor, com seu próprio amor (LUBICH, 1988).

Em seguida, em concordância com as palavras do Evangelho que ensinavam como responder com amor ao amor de Deus, os membros do Movimento descobriram que era necessário fazer a vontade de Deus. Lubich (1988) comenta que isso não significava, entretanto, resignação, mas um “abandonar-se em Deus para realizar aquele plano que Ele tem para cada um de nós” (LUBICH, 1988, p. 74). Chiara enfatiza que, hoje em dia, o objetivo de muitas pessoas é alcançar uma boa posição econômica e social e que, assim, o trabalho passa a ser visto como um meio para se ter, à disposição, os instrumentos necessários a esse bem-estar. Esse objetivo único e de âmbito terreno, segundo ela, provoca a perda do caráter cristão, oferece pouca felicidade aqui na terra e não prepara para a vida eterna. Assim, Chiara enfatiza a necessidade de se fazer a vontade de Deus, manifestada de diferentes formas: pela voz da consciência, pelos deveres de estado, pelos Seus mandamentos ou, ainda, pelos próprios acontecimentos.

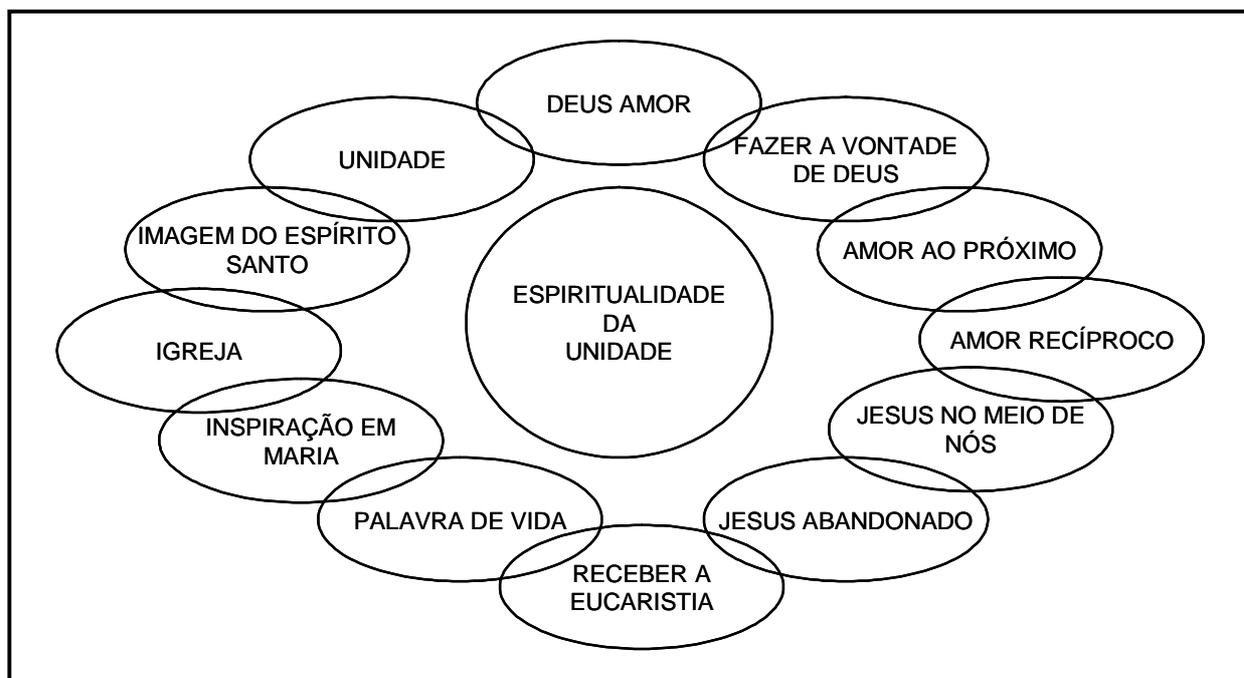


Figura 4.1 – As 12 Idéias-chave da Espiritualidade da Unidade.

A terceira palavra-chave é o amor ao próximo, ou seja, amar todas as pessoas, conscientes de que Jesus considera feito a Ele mesmo tudo o que for feito ao próximo. Assim, segundo o Evangelho, deve-se vestir, dar de comer, dar de beber, consolar, aconselhar, amparar o outro sabendo que isso é uma forma de amar (LUBICH, 1988). Esse princípio, que serve de base de relacionamento, deve se estender ao outro de forma desinteressada, ou seja, não objetivando ganhos pessoais e não tendo a expectativa de que seja retribuído da mesma forma (ROSSÉ, 1992).

Nesse sentido, cabe frisar que o amor cristão não flui, apenas, em uma direção. Não se dirige somente aos outros, mas deve retornar também para cada pessoa e é, então, que surge a quarta palavra-chave: o amor recíproco. Segundo Chiara, cada vez que uma pessoa ama o próximo, esse se sente em um ambiente em que é querido, em que encontra conforto e bem-estar e, assim, pode passar a amar também, irradiando e disseminando tal sentimento. O amor recíproco implica que uma pessoa se coloque no lugar da outra com uma legítima preocupação com seu bem-estar. O amor como relação não anula a realidade individual e a autonomia dos seres entre os quais se estabelece, mas tende a reforçá-los por meio de um intercâmbio, no qual um procura o bem do outro como seu próprio (ROSSÉ, 1992). Assim, tem-se a reciprocidade do amor.

De acordo com Lubich (1988), amando um ao outro como Jesus amou a todos, um fenômeno acontece: Jesus faz-se espiritualmente presente entre todos, pois Ele disse: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome eu estarei no meio deles (Mt 18,20)”. Como decorrência, tem-se a quinta palavra-chave que é o Jesus no meio de nós.

Outra idéia-força do Movimento é a imagem de Jesus Abandonado, a consideração e a aplicação da paixão e morte de Cristo na vida de cada um. O abandono sentido por Jesus na nona hora e expresso por sua exclamação: “Meus Deus, meu Deus, por que me abandonastes? (Mt, 27, 46)” mostra a dor que Jesus experimentou e comprova seu amor pelos homens ao assumir, como própria, a separação que os mantinha longe do Pai, preenchendo-a Ele mesmo. Assim, segundo Chiara, amando Jesus Abandonado, o cristão encontra o motivo e a força para não fugir de seus males, de suas separações, mas aceitá-las por meio d’Ele, consumi-las e dar, assim, a sua própria contribuição para remediá-las.

“Jesus Abandonado é chave da unidade, o segredo de toda renovação” (LUBICH, 1988, p. 77).

Um ponto fundamental do Movimento é a Eucaristia, ou seja, o receber todos os dias o Jesus Eucaristia que é o vínculo da unidade. Por meio da Eucaristia, realiza-se a comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si.

A Palavra de Vida é um ponto importante da espiritualidade do Movimento. A cada mês, os membros do Movimento procuram viver uma frase do Evangelho, batizada por eles de Palavra de Vida, que lhes é apresentada com um pequeno comentário exegético. O Movimento sempre procurou dar o mesmo valor à Comunhão com a Palavra quanto à Comunhão com o Corpo de Cristo. Dessa forma, eles vêem a palavra de Cristo como a presença de Deus, tornando-os livres, purificados, convertidos, alegres e confortados e procuram viver essa Palavra durante todo o mês.

Outro princípio operante é Maria, que é modelo para cada membro do Movimento porque além da função primordial de ser mãe de Cristo enquanto homem, deve preceder todas as outras mulheres, dando Cristo ao mundo. Ela é, para o Movimento, a discípula por excelência, a cristã perfeita, a Palavra de Deus viva.

Uma outra idéia força é a presença de Jesus na hierarquia da Igreja, fazendo-o presente nos seus ministros, no Papa, nos Bispos, enfim, em todos os seus participantes. Além dessa, tem-se, também, a imagem do Espírito Santo que, segundo Chiara, impele todos os cristãos à reunificação após séculos de imobilismo e que ilumina o Papa a estender o diálogo entre católicos e cristãos de outras denominações, com fiéis de grandes religiões e homens de boa vontade, favorecendo a formação de um só povo.

Assim, Chiara afirma que a idéia básica que norteia o Movimento é a unidade, pois todas as outras idéias-chave reunidas apontam para uma espiritualidade comunitária, apropriada aos tempos atuais, cheios de perigos e sobressaltos, que precisam ser professadas juntas para que uma nova realidade seja construída. Segundo o ideal da unidade, o indivíduo não se anula perante o coletivo (humanismo socialista), nem o coletivo perante o indivíduo (humanismo liberal), mas considera que existe uma tensão

entre o 'eu' e o 'nós', entre a máxima distinção e a máxima unidade, criando uma interdependência entre a dimensão individual e a dimensão coletiva (ROSSÉ, 1992). Essa tensão, essa relação recíproca entre as dimensões tem como finalidade construir um mundo unido.

Apresentadas as doze idéias-chave, cabe frisar, ainda, que há uma forte relação entre amor recíproco, ideal da unidade e comunhão de bens. Segundo Rossé (1992), a comunhão de bens está a serviço da unidade, sendo motivada pelo amor recíproco. Ela é uma categoria advinda das duas anteriores. Não se trata de uma simples doação ou de se desfazer de algum bem, mas se constitui como um uso ativo dos bens, praticando uma partilha contínua, sistematizada e organizada. A comunhão de bens é um reflexo, uma consequência do princípio do amor recíproco e do ideal da unidade, tendo, portanto, coerência com as exigências e características dessas duas categorias.

Um outro ponto relevante que se destaca no Movimento e que está intrinsecamente ligado à questão da propriedade privada e à concepção do homem, é o que Paulo VI denominou de 'humanismo total'. Na visão cristã da pessoa humana, o ter não constitui uma verdadeira riqueza, mas a possibilidade efetiva de usufruto e de uso dos bens para atender às próprias necessidades e ao próprio crescimento. Em função disso, o ter adquire seu significado mais profundo na possibilidade de partilhar.

Sendo o homem um ser social, o seu ser não pode prescindir do relacionamento com o outro. Como consequência, pode-se concluir que o ter encontra o seu verdadeiro significado em uma dimensão social. De acordo com a antropologia cristã, a natureza do homem requer a doação e a natureza dos bens materiais implica ser instrumento para o bem da comunidade (ARAÚJO, 1992).

Essa dicotomia entre a natureza do homem e a natureza dos bens materiais é reforçada pela exigência de que o homem encontre a própria realização justamente no amor, na doação e não no consumo ou na aquisição de coisas. Esse princípio conduz ao 'homem novo', característico do Movimento dos Focolares, cujas motivações e ações agregam o princípio e as categorias já mencionadas. O homem novo realiza-se como pessoa na partilha, na doação. Ele é motivado pelo amor recíproco e pelo ideal da unidade,

sendo que uma de suas manifestações na esfera do agir é a comunhão de bens. Em relação ao dilema entre ser ou ter, proposto por Erich Fromm (1987), o que o homem novo escolhe é partilhar.

Foi apresentado, aqui, o Movimento dos Focolares, buscando-se explicitar origens, princípios, estrutura, disseminação e espiritualidade. Pode verificar-se, em todos os aspectos tratados, suas raízes na Doutrina Social da Igreja e a ênfase dada aos aspectos amor recíproco, ideal da unidade e comunhão de bens, categorias que terão influência direta na proposta da Economia de Comunhão, apresentada a seguir.

4.3 Economia de Comunhão

O Projeto EdC nasceu por ocasião de uma visita que Chiara Lubich fez, em maio de 1991, à comunidade do Movimento dos Focolares no Brasil. Ao sobrevoar a cidade de São Paulo, Chiara percebeu o contraste entre dois mundos bem distintos: uma periferia pobre e quase sem dignidade e um centro desenvolvido, passível de ser comparado aos países mais industrializados. Sua última visita ao país datava de 1965 e, ao invés de uma mudança positiva no cenário socioeconômico, o que ela pode constatar foi um agravamento, de profundas dimensões, da situação social.

Surgiu, então, a necessidade de propor algo que pudesse aproveitar as potencialidades do local, visíveis pela opulência de determinadas localidades, para que problemas de caráter social fossem resolvidos.

“É preciso suscitar no mundo uma comunhão de bens mais justa e a solidariedade entre todos. Mas sabemos que os bens não se movem sozinhos. É preciso antes mobilizar os corações, difundindo, da forma mais ampla possível, a idéia e a prática da fraternidade; e, considerando a amplitude do problema, é preciso que haja uma fraternidade universal. (LUBICH in Economia de Comunhão: uma nova cultura , 2004, p. 4)”

Assim, inspirada na encíclica *Centesimus Annus*, publicada naquele ano, na realidade social do Brasil e na intuição de construir uma ‘cidadezinha’ onde se pudesse testemunhar como seria o mundo se todos vivessem o amor recíproco, Chiara vai além da comunhão de bens vivenciada pelo Movimento dos Focolares e propõe a Economia de Comunhão (QUARTANA, 1992). Pode-se dizer que a EdC tem sua origem na imediata e intensa relação que Chiara estabeleceu com o povo brasileiro e com sua sofrida situação

social e econômica (COSTA, 1998). Com a Economia de Comunhão, procura-se resgatar o que existe de mais genuíno no homem: sua capacidade de amar, de se doar livremente, com um amor que se traduz em comunhão, em reciprocidade, aberta para os outros, para suas necessidades.

A Economia de Comunhão consiste em direcionar a empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas – voltadas à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos excluídos, aos marginalizados, aos necessitados, dando-lhes condições de vida e possibilidades de um trabalho.

Para isso, são necessárias pessoas profundamente convictas. Por isso, parte dos lucros das empresas de EdC é usada não só para o desenvolvimento da própria empresa, mas, também para formar ‘homens novos’ - capazes de propagar esse estilo de vida – e para desenvolver as estruturas das ‘cidadezinhas’ (ARAÚJO, 1998). Nesse ponto, Araújo (1998) frisa que não se trata de doar dinheiro para atingir os fins mencionados, mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum a experiência adquirida, a capacidade gerencial e até mesmo patentes. No Movimento, entende-se que partilha não é apenas de bens materiais, mas também de propósitos, de tempo, de capacidades. (QUARTANA, 1992).

Trata-se de colocar talentos, capacidade empresarial e profissionalismo a serviço do bem comum, respeitando, sempre, a liberdade de escolha. Quartana (1992) menciona que o projeto se realizará à medida que amadurecer esse espírito de partilha na livre consciência de cada um.

Nesse ponto, cabe frisar que os aspectos levantados pelo Movimento dos Focolares, tais como amor recíproco, ideal de unidade e comunhão de bens, têm um cunho de distribuição ou redistribuição da riqueza. Como a proposta de Economia de Comunhão surgiu nesse Movimento, ele lhe emprestou princípios, valores e visão de mundo, ou seja, todo o paradigma para a atuação econômica do trabalho e da produção. A novidade que a EdC traz é o desenvolvimento da produção a partir desses aspectos. Sorgi (1998, p. 40) afirma que esse esforço consiste em “fazer frutificar os próprios bens, a fim de que

produzam outros, em multiplicá-los de forma que se tenha mais bens ainda para colocar em comum, para distribuir (...)”.

Por outro lado, é imperativo mencionar que o Movimento está calcado na Doutrina Social da Igreja Católica, o que torna necessário entender seus pontos relevantes para um melhor entendimento dos fundamentos e características da EdC, o que é feito no Capítulo 3. Cabe frisar que um dos aspectos centrais da DSI é como conciliar a destinação universal dos bens com a propriedade privada. Essa conciliação ocorre por meio de uma hipoteca social – sujeição da propriedade ao pagamento da dívida adquirida com a comunidade por dela usufruir – na qual a propriedade privada é considerada legítima apenas se for destinada à função social. A função social de uma propriedade é entendida como sendo a instrumentalização dessa para o bem de todo o gênero humano, pela criação de trabalho útil e partilha da riqueza.

Nesse ponto, cabe frisar que essa discussão sobre a busca da conciliação entre a destinação universal dos bens e a propriedade privada é relevante porque a cultura capitalista desencadeou a mentalidade de acumular, não tendo estimulado a circulação de bens e a comunhão, mas o consumo individualista. A dignidade, a autonomia, a liberdade e a responsabilidade da pessoa não consistem no ter pelo ter, no ter para especular ou acumular. A dignidade da pessoa exige a propriedade para que haja possibilidade de se dispor de um certo volume de bens, de poder se apropriar de bens que estejam disponíveis no momento em que as necessidades se evidenciarem (ARAÚJO, 1992). Assim, levantar a questão do papel da propriedade privada como instrumento de apropriação e destinação dos bens torna-se imprescindível, uma vez que muitas pessoas não têm a possibilidade efetiva de usufruto e do uso de bens para atender às próprias necessidades e ao próprio crescimento.

Urge mencionar ainda que é essencial olhar o homem nas dimensões do seu ser e existir e não como sujeito somente de necessidades econômicas (*homo economicus*). Falta um fundamento cultural autenticamente humano na concepção capitalista da economia de mercado, ou seja, o homem precisa ser visto como sujeito cultural e ético, cuja realização decorre da busca cultural da verdade e da propensão à ética e à liberdade.

Para Zappalla (1992), a raiz do erro capitalista deve ser procurada, em primeiro lugar, na cultura capitalista, não no sistema econômico, pois o desvio básico do capitalismo consistiu na sua pretensão de elevar o livre mercado a um sistema absoluto que tudo engloba e tudo explica e que é capaz de interpretar e determinar normativamente, em termos econômicos, o ser e o agir do homem. Trata-se de uma cultura embasada e direcionada pelo auto interesse e pelo egoísmo (LUX, 1993).

Com relação à questão acima explicitada, cumpre esclarecer que a EdC não objetiva a modificação de certas características do capitalismo, mas busca a renovação da dimensão cultural, de modo que possa haver uma recuperação da multidimensionalidade do homem. Isso fará com que o dinamismo econômico possa ser reconectado a uma ética verdadeiramente humana, que respeite a liberdade e a dignidade do homem.

Na visão da Economia de Comunhão, o elemento que permite o desenvolvimento da economia é o relacionamento entre as pessoas. A atividade econômica é vista não como um território de interesse próprio, mas como um espaço onde as pessoas colocam os próprios talentos e bens em um jogo de reciprocidade e onde o proveito econômico pessoal é apenas uma das facetas do agir econômico. Bruni (2002) salienta que o mercado não é rejeitado, mas considerado uma das instituições – não a mais importante – que participa da organização da comunidade.

Nesse ponto, cabe atentar para Guerreiro Ramos que abordou essa questão em seu livro ‘A Nova Ciência das Organizações’, lançado em 1981. Nesse livro, Ramos define sua teoria sobre vida humana associada e enfatiza que a vida humana compreende uma multiplicidade de dimensões, havendo necessidade de que existam espaços diferenciados onde cada indivíduo possa exercer seus múltiplos aspectos e, assim, tornar-se completo. O estudo desses espaços permitiu que Ramos (1981) propusesse um modelo multidimensional da organização social, segundo o qual o espaço econômico, que inclui o sistema de mercado, é uma dimensão que serve às necessidades biológicas do ser humano. De forma alguma, segundo o autor, ele representa o espaço para o exercício dos aspectos sociais e políticos.

4.3.1

A Cultura do Dar ou da Partilha

A cultura do dar ou cultura da partilha, que renova a dinâmica cultural no âmbito capitalista, é contrária à cultura do ter e é considerada a cultura do Evangelho. Segundo Lubich (2003, p. 94), ela é capaz de “despertar as energias meio adormecidas” e de “suscitar propósitos sérios e que demandam esforços” em muitos operadores de empresa.

A cultura do ter, característica do paradigma capitalista e do ambiente organizacional atual, caracteriza-se pela consideração de que o consumo é o maior objetivo da existência humana. A ênfase dessa cultura está na quantidade de coisas que podem ser consumidas, encontrando o homem satisfação apenas no consumir em si e para si, não estimulando a circulação de bens e a comunhão. É uma cultura que encontra no consumo o máximo de bem-estar, traduzido como qualidade de vida e que vê o possuir como aquilo que traz felicidade ao homem. Isso, muitas vezes, reduz os relacionamentos entre as pessoas a intercâmbios interesseiros, faz com que as aspirações humanas fiquem voltadas apenas para a busca de um maior rendimento e transforma a sociedade em um espaço anônimo no qual se visa a afirmação individualista na ilusão de uma paridade de oportunidades para pessoas e povos.

A cultura da partilha, cuja raiz está na prática da comunhão de bens que caracteriza o Movimento dos Focolares, exprime-se, segundo o Bureau Internacional de Economia e Trabalho (1999), em dois níveis: o de opções individuais e o de organizações produtivas.

No tocante às opções individuais, a cultura do dar é verificada:

- na aspiração a uma comunhão com o outro, feita de abertura recíproca, de estima, de respeito e de partilha da condição humana;
- em um estilo de consumo sóbrio e crítico, que respeita os recursos comuns da humanidade e a busca natural de uma igualdade substancial com os outros homens;
- em um uso responsável da própria riqueza, de forma que ela sirva à promoção do bem comum;
- na participação ativa em iniciativas econômicas para o bem comum, que gerem emprego e respondam às necessidades não satisfeitas das pessoas e da comunidade;
- na partilha das próprias receitas e dos próprios recursos com o próximo que se encontra necessitado, mantendo um relacionamento de dignidade.

Com relação às organizações produtivas, a cultura da partilha exprime-se:

- na conciliação das exigências de eficiência e rentabilidade, com o objetivo de tornar a atividade econômica um verdadeiro lugar de encontro de todos os sujeitos envolvidos;
- na participação ativa dos trabalhadores na vida da empresa;
- no empenho concreto pela melhoria do âmbito social no qual as organizações estão imersas, não ficando alheias ao bem comum e às necessidades urgentes das pessoas menos favorecidas com as quais entram em contato;
- no estabelecimento de relações de abertura recíproca e de confiança entre consumidores, fornecedores, concorrentes, entre a comunidade local e a administração pública, tendo a atenção voltada para o interesse geral;
- na vivência e na promoção do pleno respeito pela ética e pelo ambiente.

Araújo (2002) frisa que nem todo dar conduz à cultura da partilha, pois existe um dar contaminado pela vontade de exercer poder sobre o outro, que busca a dominação e mesmo a opressão de indivíduos e povos. Existe um outro dar que busca satisfação e prazer no próprio ato de dar e que, no fundo, é uma expressão egoísta de si e é percebida por quem recebe como humilhação ou ofensa. Há, também, continua ela, um dar utilitarista, interessado, presente em certas tendências atuais do neoliberalismo, mas que busca o proveito próprio, o lucro e que, assim, não é algo que crie uma mentalidade nova. Por fim, há o dar que os cristãos chamam de evangélico, ou seja, um dar que respeita a dignidade dos indivíduos ou povos e que inclui usos, costumes, tradições e cultura (ARAÚJO, 2002). É esse o dar que a Economia de Comunhão utiliza, pois ele gera a partilha, permitindo que uma pessoa se abra à outra, que a busque respeitando sua dignidade e procurando o seu bem como fim último.

A cultura da partilha propõe uma lógica capaz de conter não só um novo sujeito, mas, também, uma nova atitude que se manifesta e se revista da própria novidade do sujeito. Não se trata de um ‘eu possuo’, ‘ninguém possui’ ou ‘alguém possui’, mas, sim, de um ‘todos partilhamos’.

Ante o exposto, Araújo (1998) afirma que se a EdC for apresentada somente como uma estrutura econômica, ela não será entendida. Com ela, não se está apenas desenvolvendo um projeto econômico ou gerencial, mas se está criando uma nova lógica de se atuar na

realidade, uma nova cultura, chamada cultura da partilha.

4.3.2

A Liberdade e o 'Homem Novo'

Dois aspectos precisam ser mencionados para caracterizar a EdC: a questão da liberdade de escolha e a questão do 'homem novo'.

Com relação ao primeiro aspecto, cabe mencionar que o Projeto é marcado por ter uma escolha feita na Liberdade. A EdC exige que toda ação de partilha ocorra de maneira livre. Dessa forma, a adesão ao Projeto tem a exigência de ser feita na liberdade.

Como o Projeto visa resgatar a dignidade do ser humano no âmbito econômico, a adesão tem que ser isenta de toda pressão de mercado, de toda crise de consciência, de todo cálculo de custo/benefício, enfim, de tudo que não possa ser derivado de uma escolha livre (ARAÚJO, 1992). Segundo a autora, a adesão à EdC não pode ser imposta ou obrigada, seja por meios coercitivos ou subliminares, como os utilizados pelo *marketing*.

Costa (1998) conclui que, ao ser exercida, a liberdade de escolha implica responsabilidade humana e profissional, o que não é compatível com uma adesão superficial que vise vantagens imediatas.

A questão do 'homem novo' surge na EdC como um modelo capaz de legitimar a posição de centralidade do homem nas ações econômicas e organizacionais. As organizações são feitas, no entendimento do Projeto, para o ser humano e não ao contrário. Há, assim, uma hierarquia bem definida de valores entre os meios e os fins.

Cabe frisar, entretanto, que não basta colocar o homem no centro da organização, pois se ele for egoísta ou individualista, ele manterá um relacionamento com seu semelhante que não possui valor em si, pois ele utilizará o outro como um meio para atingir seus interesses próprios (BRUNI, 2002). Esse 'homem novo' deve tornar verdadeira a própria individualidade, transcendendo-a, isso é, colocando-se em relação com os outros (ZAPPALLA, 1992). Dessa forma, continua Zappalla, a essência da pessoa consiste no seu 'se relacionar', no 'se descentralizar' e se doar aos outros.

O ‘homem novo’ tenta romper a cultura do ter, pois entende que sua auto-realização está relacionada com o outro, sendo essa relação embasada na partilha. A nova atitude é justamente a capacidade da pessoa de partilhar, desinteressadamente e com o outro, seus bens e ela mesma. Assim, tem-se a transcendência do trabalhar com para um trabalhar para (SORGI, 1998). Essa última dimensão é a mais profunda e é alcançada quando são superados todos os obstáculos, distâncias e diversidades a fim de se ter algo para doar, sendo que tal doação deve ocorrer no sentido da proposta da EdC.

Costa (1998) afirma que a categoria do homem novo conduz à superação do caráter de polarização ou antagonismo entre funcionários e empresários pela doação recíproca. Em vez de se lutar contra (ou seja, vencer o adversário), procura-se lutar para (procurar os objetivos que constroem). Assim, a dualidade que opõe empregado e empregador pode ser substituída pela complementaridade e interdependência (COSTA, 1998).

Em resumo, o homem novo tem a consciência voltada a promover a dignidade humana, sempre em uma relação do ‘eu’ com o ‘outro’. Ele procura manter a coerência entre ações e discursos e ações da vida privada, com as da vida pública. Dessa forma, ao procurar a coerência nos dois âmbitos citados, ele consegue se identificar.

4.4 A Novidade da EdC

A modelagem do ser humano como um ente que teria um comportamento racional - consistente com a teoria econômica e, portanto, previsível – possui limites, uma vez que não passa de uma representação simplificada da realidade. Ela não considera, por exemplo, uma série de comportamentos do homem atual que transcendem a lógica do lucro, como é o caso do voluntariado (FERRUCCI, 1998).

Assim, segundo Ferrucci, não é correto limitar as motivações humanas à lógica do lucro. O ser humano possui motivações mais profundas e objetivos mais completos: ele trabalha para viver, para se manter e manter sua família, para ser aceito e respeitado pelos outros da comunidade, para criar coisas novas e válidas, para ser valorizado e amado e para auto realizar-se, entre tantas outras coisas. Esses são elementos complexos que englobam dimensões da natureza humana que nada têm de econômico (FERRUCCI, 1998).

A Proposta da Economia de Comunhão traz, na sua essência, um convite à releitura das motivações humanas, colocando no foco a pessoa humana e sua felicidade, sendo que essa felicidade não existe sem a felicidade das pessoas que a cercam.

Ferrucci (1998) enfatiza que o que leva a pessoa à ação não teria apenas o aspecto econômico, mas buscaria, em primeiro lugar, a promoção da comunhão com as outras pessoas. Assim, o relacionamento – que inclui o lado econômico – baseia-se na capacidade de homem se colocar no lugar do seu semelhante, de buscar o que é melhor para ele, sem pressioná-lo ou constrangê-lo.

Sob esse prisma, a EdC traz o desafio de transformar a ação humana em uma cooperação entre todos e de ver os resultados econômicos como o fruto da comunhão entre todos. (FERRUCCI, 1998). Assim, na EdC, o tratar bem o próximo - seja esse um cliente, um fornecedor, um amigo ou, simplesmente, outro ser humano, nasce de uma motivação diferente: do empenho de todos crescerem e prosperarem juntos (SORGI, 1998).

4.5 A EdC e a Racionalidade Substantiva

Analisando-se os aspectos que norteiam a EdC, constata-se que sua filosofia constitui uma visão de mundo em confronto com a vigente no mundo empresarial. Buscando caracterizar essa nova visão, discute-se aqui a razão substantiva, mostrando-se que as empresas que aderem ao Projeto de EdC, seguindo fielmente seus princípios, podem se tornar organizações substantivas.

Segundo Almeida e Leitão (2003), as empresas e as pessoas encontram-se tão arraigadas a crenças e valores que esses acabam por determinar o que elas podem ou não aprender ou questionar. Essas crenças e valores estão ligados à política cognitiva vigente, entendida como o uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida que leva a se observar a realidade apenas sob um determinado prisma, geralmente ligado à visão da classe dominante (RAMOS, 1981).

Dessa visão dominante, emergiu o paradigma funcionalista vigente que, de acordo com Ramos (1981), originou-se no início do século XVIII e pressupõe que todo

conhecimento científico, portanto todo conhecimento válido, baseia-se em fatores externos ao indivíduo. Assim, somente merece ser considerado como válido o que for mensurável e provier da razão e da experimentação, o que constitui uma visão materialista da vida, conforme ressaltam Almeida e Leitão (2003). Esses autores afirmam, conforme será apresentado mais detalhadamente na Seção 5.3, que o paradigma funcionalista vê o homem como um ser econômico, que maximiza seus recursos apenas para atingir determinados fins que lhe dão retorno econômico, e que é capaz de vender sua força de trabalho para executar tarefas muito aquém de sua capacidade, negligenciando aspectos psicológicos. Assim, o Homem passa a ser visto apenas como um detentor de um emprego, meio por ele encontrado para sobreviver. Ampliando essa perspectiva, Almeida e Leitão salientam que a característica humana de buscar a auto-atualização fica anulada, porque se espera do homem apenas que ele cumpra o que lhe foi mandado, sem exercer um julgamento crítico. Acrescente-se que o funcionalismo não considera a dimensão simbólica da vida humana, voltada para a compreensão do seu próprio sentido e utiliza uma comunicação instrumental: o ‘eu’ entra em contato com o ‘outro’ apenas se necessário for (RAMOS, 1981).

Considerando o paradigma funcionalista e os diversos problemas decorrentes do uso indiscriminado de seus princípios, Almeida e Leitão (2003) afirmam que as organizações atuais são mais destruidoras do que agregadoras de valor, porque à medida que elas adicionam valor para si, destroem valor no ambiente, comprometendo a sobrevivência das futuras gerações.

Segundo esses autores, a racionalidade instrumental, um dos aspectos do paradigma funcionalista, supervaloriza o indivíduo em relação ao coletivo e afirma que o culto ao ego e ao interesse próprio pode conduzir ao bem-comum. Nesse contexto, a sociedade atual tem como base o positivismo funcionalista, o cálculo utilitário, o individualismo, o consumismo, o mecanicismo e o materialismo, dentre outros.

No outro extremo, tem-se a racionalidade substantiva. De acordo com Almeida e Leitão (2003), essa racionalidade, originária da Grécia antiga, fundamenta-se em valores e princípios éticos, associados à busca do bem-comum e a uma avaliação crítica da realidade. Assim, uma forma de pensar substantiva caracteriza-se por aspectos na tomada de decisão que envolvem auto-realização, entendimento interpessoal, julgamento ético, valores

emancipatórios - que podem ser conseguidos pela auto-realização com responsabilidade social e ambiental - e liberdade de ação e expressão (ALMEIDA; LEITÃO, 2003).

Aplicando a questão da racionalidade às organizações, os autores dizem que organizações substantivas são aquelas capazes de utilizar uma racionalidade substantiva em seus processos administrativo-organizacionais. Por outro lado, enfatizam que as organizações instrumentais se caracterizam pela ênfase no cálculo, pelos fins econômicos e tecnológicos, pela maximização de recursos, resultados e desempenho. São caracterizadas, também, por um agir individualista, por uma idéia de dominação do homem sobre a natureza, pelo controle das variáveis, pelo estudo das relações causa e efeito e por uma dicotomia entre os valores e os fatos, ou seja, os meios utilizados para que se atinjam determinados fins não são levados em consideração.

Deve-se ressaltar, porém, que as duas formas de pensar dependem uma da outra. Nas organizações ditas substantivas, entretanto, o instrumental está subordinado ao substantivo e nas organizações instrumentais, o ético é tido como uma variável externa ao indivíduo, ocupando um segundo plano de importância.

Com base no exposto, pode-se dizer que promover a transformação de organizações instrumentais para organizações substantivas implica elevar o bem estar hoje restrito a poucas pessoas e diminuir (ou mesmo eliminar) a insatisfação no trabalho.

Almeida e Leitão (2003) salientam, também, não ser possível integrar os objetivos individuais aos objetivos organizacionais, uma vez que as necessidades humanas são várias e numerosas, impossibilitando que um único tipo de organização as satisfaça. Salientam, contudo, que se pode, pelo menos, reduzir a insatisfação no trabalho e as desnecessárias pressões a que são submetidos os funcionários, introduzindo-se aspectos substantivos nas práticas de gestão.

Dessa forma, eles sugerem que para a humanização do trabalho e construção de um sistema organizacional transformador seria necessário buscar um equilíbrio entre o que é instrumental e o que é substantivo, ligando as atividades instrumentais, necessárias ao

operar cotidiano das empresas, com um pensar e agir éticos voltados para o bem-estar de todos os *stakeholders*.

Quanto a isso, Ramos (1981) frisa que as organizações não podem ser totalmente instrumentais (o que as faria perder os limites morais e a capacidade de tecer julgamentos críticos) ou totalmente substantivas (o que as tornaria utópicas e ineficazes no tocante ao bom andamento da vida humana). Devem, sim, procurar um equilíbrio que lhes permita enfrentar os inevitáveis desafios e dificuldades e, ao mesmo tempo, balizar suas ações com julgamentos e ações éticos, com um pensar crítico e em direção ao bem estar de todos.

Com base nesse panorama, pode-se dizer que humanizar as organizações torna-se, cada vez mais, uma prioridade, sendo imprescindível que os aspectos substantivos sejam nelas inseridos. Contudo, as maiores dificuldades para essa inserção residem em fatores como a estrutura (hierarquia, liderança, poder e divisão de trabalho), a tomada de decisão e os sistemas de controle e normas (Ramos, 1981). É preciso refutar a antiga visão de que o sistema econômico regula todas as atividades da vida humana e eliminar práticas tradicionais de gestão para que seja possível estabelecer novas formas de liderança, novas estruturas de poder e novos meios de se dividir o trabalho.

Outros fatores que podem causar dificuldades na implantação de aspectos substantivos são a comunicação e a motivação dos funcionários. Falhas na comunicação afetam diretamente a motivação dos funcionários, porque eles reagem a mudanças que sejam impostas ou cujos fins desconhecem.

Deve-se mencionar, ainda, a necessidade de efetiva participação dos funcionários na vida da empresa (em todos os aspectos) e de uma percepção apropriada do conhecimento, de forma que as organizações possam ser sistemas de aprendizagem contínua. São requeridas mudanças interpessoais e interorganizacionais radicais, pois não é mais possível olhar o homem como um animal econômico, mas, sim, considerar na gestão a dimensão simbólica da vida humana, pois é essa dimensão que confere sentido à existência do Homem.

Para a transformação das organizações de *business* para organizações substantivas, é preciso mais empatia e menos impessoalidade (ALMEIDA; LEITÃO, 2003) e é preciso, primordialmente, que o social delimite o técnico.

Analisando a razão substantiva e os princípios que norteiam a EdC, verifica-se que os valores desse Projeto se constituem como raízes éticas muito fortes, que servem de base para a implantação dos princípios de uma organização substantiva. Assim, as empresas que seguem integralmente os ideais do Projeto configuram arranjos organizacionais passíveis de representar organizações substantivas. As empresas que nascem nos ideais da EdC, teoricamente, já incorporam seus princípios, calcados nos ensinamentos cristãos, que representam uma forma diferenciada de visão do mundo. As que estão centradas no mercado, entretanto, têm que se despir de uma série de crenças e valores para que suas práticas de gestão possam ser alteradas. Pode-se dizer que essas últimas têm que estar abertas a uma mudança profunda, no nível normativo, capaz de provocar transformações em sua visão de mundo e, conseqüentemente, em sua forma de agir. De qualquer maneira, a empresa de EdC terá que vencer inúmeras barreiras, de forma que possa conquistar seu espaço, permanecendo fiel aos seus princípios.

A implantação de projetos de EdC enfrenta dificuldades extra e inter-organizacionais. Por um lado, o ambiente externo opõe valores e normas opostos aos preconizados pelo Projeto. Por outro, é exigida, de cada empresário, uma habilidade gerencial, para a condução das mudanças, que lhe possibilite conquistar a adesão dos funcionários e sua satisfação, de modo que eles se identifiquem com o Projeto. Tornar claros os ideais do projeto de EdC e esclarecer o motivo das mudanças é essencial na condução das transformações.

Outro aspecto importante é a formação de 'homens novos', de uma nova mentalidade, necessária para que o projeto possa ter continuidade no longo prazo, sem perder sua força.

Os próprios empresários precisam ter um conhecimento profundo do sentido do respeito pelo próximo e devem superar dificuldades, conseguir captar o potencial das

diversidades e harmonizar o grupo. É na gestão de pessoas que repousa os princípios mais fortes da EdC.

É imprescindível que os empresários possuam um conjunto de habilidades cognitivo-afetivas, principalmente no tocante à interação pessoal, e uma visão ambiental global para que suas ações não venham a prejudicar o meio-ambiente.

4.6 A EdC e o Desenvolvimento Sustentável

A expressão Desenvolvimento Sustentável foi cunhada no contexto ambiental, no início da década de 1970, em função dos dramáticos acontecimentos que irromperam nessa época: a crise do petróleo e as profecias de Meadows (MEADOWS *et al.*, 1972) que anunciavam um iminente futuro sem energia e sem recursos naturais. As discussões que se seguiram sobre o tema, fizeram crescer, de forma notável, a consciência ambiental, ultrapassando os círculos de discussão de ambientalistas e tornando-se um tema debatido por toda a sociedade (BURCKART, 2002). Em 1972, a ONU organizou, em Estocolmo, a primeira conferência para tratar do assunto, abrindo espaço para outros inúmeros encontros que foram ocorrendo ao longo dos anos subseqüentes nas diversas partes do mundo. Nesse contexto, segundo Burckart (2002), essa expressão foi cunhada em um cenário dramático e polêmico, fato que explica o porquê dela ser encontrada, na maioria das vezes e até hoje, em uma acepção exclusivamente ambiental. Deve-se frisar, entretanto, que tal interpretação redutora não permite captar a verdadeira dimensão da idéia de Desenvolvimento Sustentável.

Uma mudança na compreensão desse conceito só passou a ser percebida em 1997, durante a 19ª Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para avaliar e reavivar os esforços para a atuação do Desenvolvimento Sustentável. As declarações da Assembléia, a seguir, são exemplos dessa mudança (ONU, 1997, par. 27):

“A redução das atuais desigualdades na distribuição das riquezas e no acesso aos recursos, nos países e entre eles, é um dos problemas mais urgentes que a humanidade enfrenta. [...] Por conseguinte, a erradicação da pobreza será um dos temas primordiais do Desenvolvimento Sustentável nos próximos anos.”

Nota-se, a partir de tal declaração que a ONU tem uma concepção de Desenvolvimento Sustentável que vai muito além da questão ambiental. De fato, de acordo

com Burckart (2002), a sua abordagem foca primeiro o lado social, apresentando uma visão ampla e integradora, o que pode ser corroborado por (ONU, 1997, par. 42):

“Estamos convencidos de que a consecução de Desenvolvimento Sustentável exige a integração dos seus componentes econômicos, ambientais e sociais. Empenhamo-nos novamente em colaborar – com espírito de solidariedade mundial – a fim de multiplicar os nossos esforços conjuntos para satisfazer de modo equânime as necessidades das gerações presentes e futuras.”

Ante tal afirmativa, chega-se, então, às bases do conceito de Desenvolvimento Sustentável estabelecidas pela Comissão Mundial da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também chamada de Comissão Brundtland. Essa comissão percebeu que a definição desse conceito exige uma ampliação de horizontes, não sendo possível discutir o problema ambiental sem perceber que esse é apenas uma das facetas de uma realidade complexa e interdependente (BURCKART, 2002). Percebeu, também, que a tecnologia e a globalização representam grandes oportunidades e grandes problemas acarretando a necessidade de se ter uma visão holística, global e sistêmica do mundo, da humanidade e do conceito de Desenvolvimento Sustentável que foi redefinido como “um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades (WECD, 1991, p. 43)”.

Burckart (2002) ressalta como essa nova definição assinala uma mudança de direção, transferindo a ênfase do problema de sustentabilidade da natureza para a área social, criando um novo desafio: a necessidade de uma nova cultura. Mas em que deve consistir essa cultura? Para ele, ela deve estar baseada na questão social, de modo particular na erradicação da pobreza em nível global, deve ser caracterizada por um grande respeito à natureza e deve trazer em seu bojo novos paradigmas econômicos, tecnológicos e legislativos que abranjam os padrões de produção e de consumo.

Nesse ponto, Burckart (2002) aponta a cultura do dar, promovida pelo Movimento dos Focolares, como algo que pode fornecer elementos que contribuam para a construção dessa nova cultura requerida pelo Desenvolvimento Sustentável. Para ele, o paradigma interdisciplinar da unidade, que é o fundamento da cultura do dar, constitui base metodológica para a construção de modelos teóricos, de estratégias de pesquisas empíricas e de esquemas de aplicação. Além disso, continua o autor, o paradigma da unidade consiste fundamentalmente em levar sistemas complexos a um estado de subsistência e equilíbrio e, por esse motivo, poderia mostrar-se vital para os fins da atualidade do Desenvolvimento

Sustentável.

Para Burckart (2002), a cultura do dar do Movimento dos Focolares e o Desenvolvimento sustentável constituem, cada qual a seu modo, um novo esforço para realizar um sonho antigo e ambicioso do ser humano: viver em uma sociedade justa, na qual não haja pobres e em que haja a geração de valores e processos que sejam a base da felicidade. O quadro 4.2 mostra como esses esforços se completam.

Nessa mesma linha, Burckart (2002) posiciona o projeto da Economia de Comunhão. Sendo esse a projeção da cultura do dar do Movimento dos Focolares na dimensão econômica da sociedade, nele encontram-se muitos dos elementos assinalados.

O projeto de EdC nasceu como uma medida concreta para lutar contra situações de pobreza e, desde o início, o “dar” ocupou um lugar central nas atividades por ele exercidas. Os lucros tornam-se recursos para ajuda imediata aos pobres, para saneamento do tecido social a longo prazo e para reinvestimento na empresa. Dessa forma, pode-se dizer que o projeto vai muito além de sua inspiração inicial, em direção a uma humanização da economia e, assim, apresenta-se como uma alternativa econômica para a sociedade atual. A sua força consiste em dispor, como projeção da cultura do dar sobre a dimensão econômica da sociedade, de toda a experiência do paradigma interdisciplinar da unidade. Assim, “o projeto de EdC coloca-se ao lado das propostas que aceitam o desafio de uma visão complexa, interdependente e interrelacionada da realidade, cuja atualidade também é evidenciada pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável (BURCKART, 2002, p.79).”

No próximo Capítulo, serão discutidos diversos elementos organizacionais fundamentais como liderança, comunicação, motivação, mudança, processo decisório, aprendizagem organizacional e poder. Conforme afirmado no Capítulo 2, esses foram os aspectos que parecem distinguir as empresas de EdC das demais. Além disso, serão apresentadas três abordagens que servirão de base para a análise em tela: a Abordagem Sociotécnica, a Abordagem dos *Stakeholders* e a Responsabilidade Social Corporativa. Pela mesma razão anterior, essas abordagens serão analisadas, pois há indícios de trazerem elementos que refletem ideais da EdC. Por fim, será discutida a questão do ser humano nas organizações, objetivando ressaltar dimensões esquecidas do indivíduo e relevantes para o estudo em tela. O intuito é discutir diferentes visões sobre os aspectos elencados que

permitam propor elementos que possam vir a constituir as bases para uma Teoria de EdC, assunto que será tratado no Capítulo 7.

Quadro 4.2 – Desenvolvimento Sustentável e Cultura do Dar

| Dimensão | Desenvolvimento Sustentável | Cultura do Dar |
|---|---|---|
| Leitura da Realidade | - Visão holística - Ênfase na interdependência e inter-relação | - Paradigma interdisciplinar da unidade |
| | - Ênfase na dimensão lógico-sistêmica - Evidencia a necessidade urgente de novos instrumentos científicos | - Ênfase na dimensão espiritual-histórica - Possui potencial de consolidação metodológica de construção de modelos teóricos, estratégias de pesquisa empírica e modelos de aplicação |
| Tratamento da Dimensão Tempo | - Pensamento a longo prazo - Os aspectos de curto prazo são deduzidos a partir dos de longo prazo | - Interação intensa entre o futuro e o presente (Escatologia e Princípio de Esperança) |
| Objetivo do Processo de Desenvolvimento | - Satisfazer a necessidade (em especial, dos mais pobres) - Tendência a um “mínimo realista” | - “Realização” do “ser humano em comunidade”. Felicidade. - Tendência a um “máximo profético” |
| Principais Dinamismos | - Melhorar o dinamismo inter-relacional entre economia, tecido social e ambiente - Estratégia “todos vencedores” | - Novo dinamismo para conduzir a complexidade à unidade - Conceito-chave deste dinamismo: “dar” |
| | Ênfases: prevenção e solução dos problemas | Ênfases: aspectos sociais e ontológicos |
| Estratégias | - Construção de um esquema teórico de referência - Políticas em nível internacional, nacional e regional - Novos padrões de produção e de consumo | - Construção de uma base teórica (no início) - Experiências vitais e construção de “lugarejos-modelo” - Projeto “Economia de Comunhão” (perspectiva prática e teórica) |
| | Ênfases: ainda no ambiente, mas transferindo-se a aspectos sociais e culturais | Ênfases: aspectos sociais e ontológicos |
| Antropologia | - Centrada no homem | - Centrada no “homem em relação” |
| | Nota: - Até agora não há uma antropologia clara - Excessiva ênfase no ambiente | Nota: Uma visão intersubjetiva nova que concorda a tendência atual da “sociedade de organizações” |

Sociedade equânime sem pobres

Extraído de BURCKART, 2002, p. 78.